

Livro n.º. 2

Folha 172



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2017/2021

Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro de 23 de abril

Ata da Assembleia Municipal de 23 de abril

----- Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório Professor Doutor Emídio Ribeiro, da vila do Gerês, realizou-se a segunda sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e um da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;---**
- 2. Análise, apreciação e aprovação da Segunda Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte e um;-----**
- 3. Análise, apreciação e votação da proposta de descentralização de competências na área da Ação Social;-----**
- 4. Voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Hilário Rodrigues Mendes.-----**

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e o senhor Nuno Roupar o lugar de segundo secretário.-----

----- Esteve presente nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo e a senhora Vereadora, Doutora Ana Genoveva Araújo.-----

----- Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove, tendo-se verificado a falta justificada do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valdosende que foi substituído nos termos da Lei pelo Secretário da Junta de Freguesia de Valdosende, senhor Bernardino Ferreira da Silva. Registou-se ainda a ausência justificada da senhora deputada Maria Alice de Sá e Sousa, sendo esta substituída, nos termos da Lei pelo senhor deputado Ricardo Gonçalves. O senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês esteve igualmente ausente, fazendo-se representar, nos termos da Lei, pela senhora Secretária Fernanda Pereira Martins.-----

----- Comprovada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o senhor Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e tendo colocado a mesma à disposição para consulta.-----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior. O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura efetiva da mesma aos membros da assembleia municipal, sendo esta aprovada por unanimidade. Logo depois e como não foi solicitada a palavra ou qualquer reparo sobre a mesma, esta foi colocada à votação e aprovada por unanimidade.-----

----- Seguidamente teve início o período de antes da ordem do dia.-----

----- Inscreveram-se para usar da palavra os seguintes elementos da assembleia municipal: Manuel Sousa, Alexandre Pereira, Filipe Mota Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, Ricardo Gonçalves e Presidente da União de Freguesias de Chorense e Monte.-----

----- Assim sendo, assumiu a palavra o senhor deputado Manuel Sousa, segundo intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa,-----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara,-----

Caros Deputados Municipais,-----

Público presente,-----

Com a proximidade de mais uma época balnear pretendemos saber quais os planos que o Executivo Municipal tem previstos para este verão, tendo em conta os constrangimentos em que ainda vivemos causados pela pandemia Covid19. O Gerês tem sido a opção de muitos turistas que procuram a nossa região, o que é positivo para a economia local, mas é importante que a mensagem de segurança e respeito por regras sanitárias impostas pelas autoridades seja uma referência, a fim de se manter a procura por este destino turístico. Na sequência das reuniões que o senhor Presidente da Câmara teve com membros do governo, nomeadamente com a Ministra da Coesão Territorial, acerca da necessidade de obras estruturais para o desenvolvimento do nosso concelho e da qualidade de vida dos Terrabourenses, quais as conclusões que nos pode transmitir dessas reuniões e se existiu algum acordo ou promessa de apoiar o município na concretização de alguns desses projetos. Tomamos conhecimento através da Comunicação Social da existência de 13 acusados pelo Ministério Público com origem

numa comunicação da Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) com o objetivo de averiguar a legalidade de diversas operações urbanísticas (edificações de moradias e muros) levadas a cabo na área da Albufeira da Caniçada e no Parque Nacional da Peneda-Gerês, entre 2008 e 2017. Relativamente a este assunto confirma os dados que foram publicados e existe algum desenvolvimento adicional em relação a este assunto que nos possa esclarecer? Muito obrigado.-----

----- Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa.-----

----- Logo depois assumiu a palavra o senhor deputado Alexandre Pereira que após os cumprimentos iniciais, se referiu à requalificação das Cabanas, obra difícil pelos acessos, mas que foi concluída, aliás, à semelhança de outras que decorrem no concelho e outras ainda já concluídas. Sobre a questão recente do teleférico, o senhor deputado referiu-se como sendo pouco ambicioso, pois também se devia justificar uma máquina de fazer neve para a mesma área.-----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Filipe Pires que depois de dirigir cumprimentos a todos os presentes referiu que iria abordar três assuntos. Em primeiro lugar e sobre a conclusão das obras na Avenida 20 de junho, na vila do Gerês, congratulou-se pelo seu final, por uma questão de coerência também o refere no dia de hoje, lembrando que ainda faltam as marcações na mesma via. Continuando, falou depois sobre a supressão de transportes públicos entre a vila do Gerês e Braga aos domingos e feriados, processo assumido pela Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM do Cávado), onde o Presidente da Câmara Municipal tem voz ativa, como sendo difícil de entender. Na verdade, sublinhou o senhor deputado, fala-se tanto da desertificação do interior, mas cancelam-se serviços como este. Mais afirmou estarmos perante a hipótese de um precedente, pois para já, é só em abril, mas poderá esta situação estender-se, o que não é de todo desejável e o transporte, acercando-se o verão e a época alta, deverá a decorrer normalmente. Por último, o senhor deputado Filipe Mota Pires questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a preparação da época alta no concelho. Manifestou assim a sua preocupação com a previsão de uma afluência elevada de turistas ao nosso concelho, algumas delas sem um comportamento cívico adequado, nomeadamente, ao nível do estacionamento abusivo. Como agravante,

há também a falta de recursos humanos da Guarda Nacional Republicana (GNR) e de como seria fundamental solicitar o reforço do contingente, de forma a evitar situações como aconteceram no ano passado, nomeadamente, assaltos, concluiu, nesta fase, o senhor deputado Filipe Mota Pires.-----

----- A sessão prosseguiu com a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga que depois dos cumprimentos oficiais, começou por sublinhar que estamos numa zona de turismo, mas parece que ainda há pessoas incomodadas com esse aspeto. Não nos podemos esquecer que as pessoas passam por muitas dificuldades e não se compreende que exista alguém na própria população que apresenta entraves ao projeto do teleférico para o Gerês e ao que isso significa para esta freguesia e para o concelho, frisou também. Tem este projeto “pernas para andar”, questionou, dando como exemplo o sucesso do teleférico da Penha, em Guimarães e louvando também a atitude do Senhor Presidente sobre este assunto. É um grande sonho e uma grande parceria para esta freguesia, fundamental para o futuro, disponibilizando-se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para ajudar no que for necessário para que este projeto se concretize.-----

----- Logo depois, assumiu a palavra o senhor Deputado Ricardo Gonçalves que para além de cumprimentar todos os presentes nesta sessão, solicitou a presença participativa da senhora Vereadora Doutora Ana Genoveva para esclarecimentos sobre a Educação no concelho e, nomeadamente, sobre o impacto da pandemia nesta área, a realização de testes, o ensino à distância e o impacto cognitivo nos alunos, pois, sublinhou o senhor deputado, seria importante termos informações sobre este assunto em Terras de Bouro. Continuando a sua intervenção, abordou a seguir o assunto “teleférico no Gerês”, começando por dizer que o que aqui hoje foi dito sobre o teleférico da Penha é mentira, pois tem dado prejuízo, atenuado recentemente com a abertura da zona aos ciclistas. Este projeto precisa de estudos de viabilidade económica e de impacto ambiental, além da aceitação tecnológica para uma estrutura destas, sendo que, para já, sublinhou, só se trata de propaganda do Senhor Presidente, não se sabendo também se a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) concorda com o projeto, reiterando ainda que não é contra esta ideia, mas só com estudos de viabilidade se perceberá definitivamente se é ou não viável, afirmou o senhor deputado. Sobre a máquina de neve artificial, referida pelo deputado da Coligação Democrática Unitária

(CDU), o senhor Deputado Ricardo Gonçalves disse não ser viável no Gerês, aliás é só ver o exemplo de Manteigas onde foi um fiasco ou em Viseu onde a pista de gelo tem pouca procura, estes investimentos têm que ser bem analisados, sublinhou novamente. Continuando, mas agora sobre as obras no concelho e no Gerês, disse que o passeio do Alqueirão é muito estreito e não tem o correspondente apoio com estacionamento adequado e vem aí o verão com as condicionantes que conhecemos de muita afluência. Por último, falou sobre a “bazuca europeia” e de que forma, questionou, estes fundos poderão ser aplicados em Terras de Bouro, pois há uma verba considerável para a saúde e meios digitais, seria fundamental esta aplicação no nosso concelho. Terminou o senhor Deputado Ricardo Gonçalves com o alerta para obras e projetos que já vêm do tempo do Presidente Doutor Araújo e de como hoje não serão rentáveis para Terras de Bouro, apelando, mais uma vez para que se tenha em conta esta situação. -----

----- A intervenção seguinte foi da autoria do senhor Presidente da União de Freguesias de Chorense e Monte, José Carlos da Rocha Dias que depois das saudações habituais, aludiu às intervenções do público e do senhor deputado Filipe Mota Pires na última sessão da assembleia municipal, como sendo algo com que ficou indignado. Tratou-se de declarações em tom insultuoso, de carácter pessoal e com as quais, ressaltou, ficou indignado com o deputado Filipe Mota Pires que devia estar preocupado em cumprir o Regimento.-----

---- Sobre esta última intervenção o senhor Deputado Filipe Mota Pires pediu para responder por se sentir atingido pela mesma. Mais disse que na última sessão aconteceu o que todos sabemos e o próprio saiu da sala, reagindo dessa forma aos insultos que vieram do público, reafirmando que o presidente da assembleia municipal deveria ter outra atitude e não tolerar o que aconteceu. Hoje aqui foi chamado de mal-educado, sublinhou o senhor deputado, para quem o senhor Presidente da União de Freguesias de Chorense e Monte, que nos últimos anos realizou duas intervenções, uma sobre a intervenção do deputado Ricardo Gonçalves e agora sobre a sua, deveria, isso sim, falar sobre os problemas da sua freguesia. Se não foi correto anteriormente de alguma forma, o senhor Deputado Filipe Mota Pires pede, simplesmente, desculpas, pois não teve intenção de atingir pessoalmente ninguém, tal só aconteceu por estar alterado com a situação, frisou o senhor deputado Filipe Mota Pires.-----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Câmara Municipal e após dirigir cumprimentos a todos os presentes sublinhou o seu gosto por estar, uma vez mais aqui na vila do Gerês. Prosseguindo, iniciou a seguir o seu período de resposta às intervenções ocorridas e, assim sendo, ao senhor Deputado Manuel Sousa relativamente ao Plano de Animação de Verão, o mesmo será protocolado com a Associação Gerês Viver Turismo, a par da continuação do programa Gerês Seguro. Irá também acontecer um reforço dos bombeiros, da cruz vermelha e de vigilantes em várias zonas do concelho. Em primeira mão, o Senhor Presidente anunciou a instalação aqui neste mesmo edifício, a partir de maio, de um posto e equipa de resgate e salvamento em montanha, por parte da GNR, com dezasseis elementos e três viaturas. Trata-se de uma grande referência para a segurança no Gerês a partir do próximo mês, sublinhou. Já sobre os problemas com o estacionamento, continuamos focados em resolvê-los, sendo que, com as obras no Alqueirão e o nível da água a interferir, procuraremos minimizar esta situação sempre difícil. Sobre as notícias da acusação do Ministério Público, nomeadamente, a dois presidentes de junta de freguesia do concelho, a câmara municipal não foi notificada oficialmente de nada e, nesta altura, só nos resta apresentar toda a solidariedade possível aos dois visados. Se, entretanto, acontecer alguma alteração, na próxima sessão, será reportada. Já quanto às palavras do senhor deputado Alexandre Pereira, o Senhor Presidente agradeceu as palavras sobre a requalificação das Cabanas, tratou-se, sem dúvida de uma obra bem-feita. Já relativamente ao teleférico, existe essa ambição que a lei não permite, no presente, mas justificou ser necessário desenvolver projetos inovadores que mitiguem problemas existentes no nosso território e colocá-los em debate, fazendo assim com que sejam exequíveis. Nesse sentido, expôs o Senhor Presidente e explicou sucintamente, a apresentação que levou à reunião da CCDRN, onde focou algumas fragilidades que possuímos no nosso concelho, designadamente degradação de escolas primárias e casas florestais do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e apresentou objetivos estruturantes para Terras de Bouro, que pretendem atenuar problemas existentes. Ainda na mesma apresentação, referiu projetos que pretende desenvolver, nomeadamente, Parque Urbano da Vila do Gerês, Ecotrilho de Souto – Moimenta, Parque Industrial da Balança, bem como produtos inovadores de combate à sazonalidade, como é o caso do teleférico, ao qual será feito um estudo de impacto ambiental e financeiro e algumas alterações para

pelo menos, gerar discussão, e os banhos termais. Acrescentou também que estes pontos foram demonstrados para que o Presidente da CCDRN perceba que vivemos do Turismo e que Terras de Bouro quer ter um papel diferenciador e não de mero figurante. Também ao Presidente da CCDRN deu conta dos problemas com a água e o saneamento no concelho e do fundamental investimento que é preciso fazer para acabar com as situações de injustiça que existem, assim como resolver os problemas de que já tem ou pretende ter acesso a estas necessidades. Terras de Bouro tem neste momento uma cobertura de saneamento de apenas trinta e três por cento, ainda assim, mais seis por cento do que tinha há quatro anos, frisou o Senhor Presidente, anunciando também a recuperação de quarenta e três reservatórios de água. Além disso, o Senhor Presidente apresentou também o plano de ação para a Regeneração Urbana, Saúde e Cuidados Continuados, Equipamentos Desportivos e Eficiência Energética, comunicando igualmente a previsão de cobertura do nosso território por fibra ótica para o próximo mês de junho, em cerca de noventa e cinco por cento. Não nos esqueçamos também que há ainda um milhão e novecentos mil euros de fundos comunitários para aplicar, verba que está protocolada na CIM do Cávado e com diligências junto da CCDRN e do Governo para que a mesma seja disponibilizada para Terras de Bouro. Já relativamente ao assunto da supressão dos transportes, tema apresentado pelo senhor Deputado Filipe Mota Pires, o Senhor Presidente afirmou tratar-se de uma questão de gestão que, com os condicionalismos impostos pela pandemia (por exemplo, proibição de circular entre concelhos) existiam poucas pessoas a recorrer ao transporte e torna-se complicado proceder ao pagamento das linhas nessas situações, bem como assegurar todas as condições de segurança e higienização, sendo que, está prevista a normalização dos transportes em maio. Registou também as palavras do senhor deputado sobre a conclusão das obras, destas e de outras que se seguirão, afiançou o Senhor Presidente. À intervenção do senhor deputado Ricardo Gonçalves, o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que os estudos preliminares sobre o teleférico e outros projetos vão mesmo avançar e sobre o “dinheiro da bazuca” referiu o Senhor Presidente que, na consulta pública, foi remetido um documento com estimativas orçamentais, onde foram solicitados quase cinquenta milhões de euros e realçou que considera ter chegado a ocasião dos concelhos do interior e de baixa densidade serem beneficiados

com estas verbas. Mais sublinhou que o próprio anúncio da “bazuca” não terá sido propriamente feliz, pois deveria existir mais certeza sobre o destino deste dinheiro, concluiu o Senhor Presidente.-----

----- De seguida e conforme tinha sido solicitado pelo senhor Deputado Ricardo Gonçalves, interveio a Vereadora do Município de Terras de Bouro, Doutora Ana Genoveva que já depois dos cumprimentos dirigidos a todos, agradeceu esta oportunidade para intervir na sessão e prestar as devidas informações e esclarecimentos. Assim sendo e sobre a questão da supressão dos transportes, a Senhora Vereadora e como elemento participante nas reuniões da CIM do Cávado sobre este assunto, esclareceu qual o plano de ação para esta fase da pandemia e que passa pela suspensão temporária dos transportes em causa em todos os concelhos da comunidade intermunicipal. Prosseguindo e já depois de prestadas informações à assembleia municipal sobre a segunda edição da CORRIDA PARA A VIDA, uma prova desportiva solidária a favor dos doentes oncológicos, promovida pela Liga Portuguesa Contra o Cancro - Núcleo Regional do Norte e que irá decorrer entre dezasseis e trinta de maio, a Doutora Ana Genoveva referiu-se à Educação no concelho e enunciou todas as medidas, atividades e projetos, como a cedência de material informático e acesso à internet, além da cantina e transportes em excelente funcionamento, esforços que foram desenvolvidos e terão seguimento no âmbito da Educação ao longo desta fase de adaptação às novas circunstâncias causadas pela pandemia da doença Covid-19. Abordou também a última reunião do Conselho Geral, onde o diretor do agrupamento elogiou o trabalho desenvolvido pelo município nesta área e especialmente durante a pandemia, realçando que esta foi uma situação nova para todos nós e que, mesmo assim, o município, em conjunto com a direção do agrupamento, conseguiu adaptar-se muito bem, sem deixar de congratular todos os profissionais de ensino pela sua dedicação e esforço numa fase tão exigente, sendo que, a recuperação do atraso dos conhecimentos deve ser também efetuada por um acompanhamento mais intenso no seio familiar. Finalizou a senhora Vereadora Doutora Ana Genoveva com uma referência ao processo da candidatura das Pontes de Rio Caldo à Classificação de Património Construído que está praticamente concluído.-----

----- Ainda sobre o assunto Educação, o senhor Presidente da Câmara Municipal interveio também a seguir e demonstrou a sua preocupação pela falta de alunos, um dos

grandes problemas atuais e inquietação deste Executivo. Terminou a sua intervenção nesta fase com um agradecimento às palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga.-----

----- Passou-se, de seguida, ao período de intervenção do público. -----

----- No entanto, nenhum dos presentes solicitou a palavra e assim a sessão entrou logo depois na ordem de trabalhos da qual constaram os seguintes pontos:-----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;---**
- 2. Análise, apreciação e aprovação da Segunda Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte e um;-----**
- 3. Análise, apreciação e votação da proposta de descentralização de competências na área da Ação Social;-----**
- 4. Voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Hilário Rodrigues Mendes.-----**

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou a sua intervenção com as informações seguintes: a intenção de elaboração de um plano estratégico para a habitação em Terras de Bouro, a possível visita de elementos do Governo a Terras de Bouro já em maio, as reuniões com a Secretária de Estado do Ambiente sobre a água e o saneamento em Terras de Bouro e ainda com o Secretário de Estado do Desporto sobre as estruturas de desporto no concelho, onde são apresentadas as reivindicações que queremos para Terras de Bouro; a colocação em hasta pública de antigas escolas primárias do concelho, a concessão do Parque de Campismo do Videiro, a realização dos Censos 2021, o retomar dos transportes a um de maio, a reabertura das termas em Terras de Bouro, o processo da candidatura das Pontes de Rio Caldo a Património Construído, o mesmo assunto com a Geira Romana, sobre a COVID 19, registou e agradeceu o trabalho da Protecção Civil e dos profissionais de saúde no concelho, sendo que em Terras de Bouro o número de vacinados já ascende a quase duas mil pessoas e em junho podem ser vacinadas seiscentas por semana, existam vacinas disponíveis para tal pretensão. Depois referiu-se ao normal funcionamento das atividades das divisões do município neste período e

desde a última sessão, o Senhor Presidente referiu ainda o saldo em operações orçamentais era à data de um milhão, vinte e oito mil, duzentos e cinco euros e nove cêntimos e no campo da despesa o valor era de oitocentos e dezassete mil, seiscentos e sessenta e oito euros e cinquenta e três cêntimos.-----

----- Sobre este ponto da ordem de trabalhos, solicitou a palavra o senhor Deputado Ricardo Gonçalves, para pedir mais coerência ao Senhor Presidente pois todas as obras que se fazem são com a ajuda do Governo e a posição do Presidente da Câmara sobre os apoios governamentais é complicada, já que quando corre bem é obra sua, quando corre mal, a culpa é do Governo.-----

----- Ao que o Senhor Presidente respondeu de imediato dizendo que elogia quando tem que elogiar e critica quando entende que se justifica, pois, Portugal deve ser entendido como um todo, estamos a falar de trezentas e oito câmaras municipais e não há dúvida que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) devia ser transversal e proporcional ao país, sublinhou o Senhor Presidente.-----

----- O senhor Deputado Ricardo Gonçalves voltou a intervir para dizer também que cada um é realmente livre de dar a sua opinião, mas é um facto que este Governo tem ajudado muito Terras de Bouro e o Senhor Presidente só refere isso quando lhe convém. As referências que se fazem sobre a reivindicação da Via Homem – Lima já vêm do tempo do Governo do Partido Social-democrata (PSD) e do custo exagerado que a obra da Ponte de Pesqueiras representou para a câmara municipal quando o Doutor António Afonso era presidente do município. Mais disse o senhor deputado que o chumbo de algumas verbas no PRR foi realizado pela própria União Europeia e não pelo Governo, sublinhando por último e a tipo de exemplo que os passadiços são uma moda com os riscos inerentes deste tipo de investimento.-----

----- No que diz respeito ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos e após introdução pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou a apresentação desta revisão com a aprovação de projetos candidatados ao Norte 2020, conforme proposta anexa e apensa a esta ata e respetivas verbas acrescidas ao orçamento municipal, solicitando, desta forma a aprovação desta revisão.-----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o segundo ponto da ordem de trabalhos à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.---

----- Seguiu-se o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos e após introdução pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou a proposta em causa e onde, considerando a descentralização de competências na área da Ação Social sem conhecimento concreto dos encargos e face à inexistência de transferência de recursos financeiros que suportem as despesas, se propõe a não-aceitação desta transferência de competências nesta área.-----

----- Abertas as inscrições, interveio o senhor deputado Vítor Fernandes, que depois dos cumprimentos dirigidos aos presentes, referiu a posição do Partido Socialista (PS) vincada no facto de partilharem a visão do Governo sobre a descentralização de competências, ainda que, neste caso, concedam o benefício da dúvida sobre a proposta de hoje, mas ainda assim as competências deveriam ser aceites e a câmara municipal numa área tão sensível como esta, deveria fazer um esforço. Desta forma, o Partido Socialista irá abster-se neste ponto.-----

Ainda sobre este ponto, o Senhor Presidente retomou a palavra para dizer que registou a posição do Partido Socialista e como de só neste assunto existir alguma divergência, lembrando ao mesmo tempo o importante trabalho do Gabinete de Ação Social do município e os investimentos sociais da câmara municipal no concelho, como a habitação condigna, as creches, entre outros, sendo que, estes investimentos irão colmatar muitas dificuldades sociais do futuro. No presente são já muito elevados os encargos que o município tem nesta área, com todos os apoios que se concedem e muito bem, sublinhou o Senhor Presidente, voltando a frisar o risco que representam estas novas competências, assumindo assim uma posição de precaução.-----

----- Colocada logo depois à votação foi aprovada por maioria com quatro abstenções do Partido Socialista, a proposta de não-aceitação de descentralização de competências na área da Ação Social.-----

----- Neste período, solicitou a palavra a senhora deputada Elisa Lameira dirigindo cumprimentos à Mesa e a todos os presentes para logo depois demonstrar o seu desagrado pelas atitudes menos próprias que se têm visto nesta assembleia, nomeadamente, a atitude do senhor deputado Filipe Mota Pires que virou as costas ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e saiu da sala, não sendo realmente uma reacção correcta.-----

----- Sobre esta intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal assumiu a palavra para dizer que registou as declarações e as atitudes, nomeadamente, do senhor Deputado Filipe Mota Pires que não lhe agradou, já que se ausentou sem querer ouvir as explicações.----- Ainda

sobre o mesmo assunto, pediu a palavra o senhor deputado Filipe Mota Pires para dizer que quando se ausentou da sala, não percebeu que o Presidente da Assembleia Municipal se estivesse a dirigir à sua pessoa, logo não agiu de forma propositada.-----

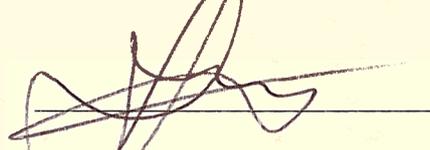
---- Por último, foi apresentado pelo segundo secretário da Assembleia Municipal, Senhor Nuno Roupar, o Voto de Pesar pelo falecimento do senhor João Hilário Rodrigues Mendes, ex-presidente da Junta de Freguesia de Moimenta e sócio fundador da Associação Humanitária dos Bombeiros de Terras de Bouro.-----

Sobre este assunto, solicitou a palavra o senhor deputado Ricardo Gonçalves para demonstrar a solidariedade do Partido Socialista relativamente à homenagem póstuma de hoje ao Senhor João Hilário Rodrigues Mendes.-----

----- Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade e do mesmo consignado um Minuto de Silêncio como forma de Homenagem.-----

----- Findo este período, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ainda antes de dar por encerrada a sessão, fechando logo após os trabalhos pelas vinte e três horas e trinta minutos. Da mesma se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei.-----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Secretário da Assembleia Municipal

